

OS PROFISSIONAIS DE MOÇAMBIQUE NO CAMPO JORNALÍSTICO

EM 1960: CONSENSOS E CONTRADIÇÕES¹

Antonio Hohlfeldt²

Resumo: Partindo de uma enquete realizada pelo jornal “Notícias”, de Lourenço Marques, em Moçambique, com jornalistas profissionais da então colônia portuguesa, para saber como avaliavam a possível filiação ao sindicato profissional da metrópole, Lisboa, o artigo discute a implantação da profissionalização do jornalismo na antiga colônia, hoje nação independente. O texto faz parte de pesquisa, com patrocínio do CNPq. Resulta de estágio de pós-doutorado realizado em 2008, na cidade do Porto, patrocinado pela CAPES, visando constituir uma história do jornalismo luso-brasileiro, compreendidas as antigas colônias portuguesas, trabalho hoje inexistente. O trabalho se vale do conceito de *campus* (Bourdieu), contextualizando a década de 1960, no jornalismo português e no jornalismo moçambicano, fazendo ainda aproximações com o jornalismo brasileiro. Levanta, enfim, dados a respeito do jornal “Notícias”, para poder entender porque aquele jornal teria se preocupado com o tema.

Palavras-chave: teoria do jornalismo – jornalismo de Moçambique – sociologia do jornalismo

Pierre Bourdieu (2000, p. 71) afirma que a história de um determinado campo é a única forma legítima de se analisar a essência de uma profissão. É a isso que nos propomos, ao analisar um *inquérito*, como a imprensa portuguesa denomina uma *pesquisa de opinião*, publicado pelo jornal Notícias, da cidade de Lourenço Marques (hoje Maputo), a partir do dia 13 de setembro de 1960, a respeito da “inclusão dos jornalistas do Ultramar no Sindicato Nacional dos Jornalistas” metropolitano, isto é, de Lisboa³. 21 jornalistas – pelo que se deduz da série – a totalidade dos *jornalistas profissionais* da então ainda colônia portuguesa, foram consultados e responderam à questão. O jornal, ao concluir a pesquisa, comentava: “Ficamos na dúvida de termos ou não ouvido todos os profissionais. Contudo, enviámos, em consciência, o nosso convite a quantos julgamos exercerem a profissão de jornalistas em Moçambique” e antecipava: “Das suas opiniões pretendemos agora retirar os motivos duma declaração que tornaremos pública e enviaremos à Direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas”. A

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho de Jornalismo, do XVIII Encontro da Compôs, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2010.

² FAMECOS/PUCRS, hohlfeldt@pucrs.br

³ Este trabalho faz parte de pesquisa mais ampla, desenvolvida em nível de Pós-doutorado, sob o patrocínio da CAPES, junto à Universidade Fernando Pessoa (Porto) e da Biblioteca Pública Municipal do Porto, no primeiro semestre de 2008. Pretende-se constituir uma história do jornalismo luso-brasileiro, aí incluídas as antigas colônias portuguesas, dentre as quais, Moçambique. O desenvolvimento deste trabalho se integra no conjunto de atividades desenvolvidas enquanto pesquisador do CNPq.

série encerrou-se no dia 15 de outubro daquele mesmo ano, cobrindo os seguintes profissionais dos diferentes veículos que então circulavam em Moçambique:

TABELA 1
Profissionais entrevistados

DATA	PROFISSIONAL	CARGO	VEÍCULO	LOCALIDADE
13.9.1960	Carlos Alberto Vieira da Silva	correspondente de jornais	xxxx	Lisboa
24.9.1960	Mário de Azevedo	Xxxx	xxxx	xxxx
25.9.1960	Carlos Pimentel Costa	Repórter	Notícias	Lourenço Marques
27.9.1960	Aderito Lopes	Xxxx	Xxxx	xxxx
28.9.1960	Guilherme José de Melo	Secretário de redacção	Notícias	Lourenço Marques
29.9.1960	J.M. Ferreira Simões	Xxxx	Xxxx	xxxx
30.9.1960	Mario Isaac	Redactor	Diário de Moçambique	Beira
1.10.1960	José Peixoto Carneiro	Repórter	Notícias	Lourenço Marques
2.10.1960	Manuel Luiz Pombal	Xxxx	Xxxx	xxxx
3.10.1960	Joaquim Sabino	Redactor	Diário de Moçambique	Beira
4.10.1960	Carlos Alberto Vieira	repórter fotográfico	Notícias	Lourenço Marques
5.10.1960	Júlio Navarro	Repórter	Notícias	Lourenço Marques
7.10.1960	J.Pinto de Oliveira	chefe de redacção	Voz da Zambézia	Quelimane
8.10.1960	L. F. P. Barata Feio	Redactor	Notícias da Tarde	Lourenço Marques
9.10.1960	Henriques Coimbra	Redactor	Diário de Moçambique	Beira
10.10.1960	Aurélio Ferreira	superintendente	Brado Africano	Lourenço Marques
11.10.1960	Higino Pires	chefe de redacção	Voz de Moçambique	xxxx
12.10.1960	Ricardo Rangel	repórter fotográfico	Notícias da Tarde	Lourenço Marques
13.10.1960	Antonio de Gouvêa Lemos	chefe de reportagem	Notícias	Lourenço Marques
14.10.1960	Peixe Dias	Redactor	Diário de Moçambique	Beira
15.10.1960	Arnaldo Peixinho	Repórter	Notícias	Lourenço Marques

Evidencia-se uma concentração da imprensa em umas poucas localidades, como Lourenço Marques, que já era a capital da província. Existiam ainda jornais em localidades como Beira e Quelimane, centros situados também junto à costa, ambos mais ao norte da capital, que se encontra na parte mais meridional da província.

Constata-se que o jornalismo, em Moçambique, já adquirira um desenvolvimento e uma autonomia significativos. Profissionalizara-se, enfim, eis que nos encontramos naquela fase de industrialização e urbanização, tendo como

consequência a entrada da publicidade na prática jornalística, transformando as editoras em verdadeiras empresas, ainda que cingidas à política restritiva do Estado Novo salazarista (CORREIA et BAPTISTA, 2007).

Observe-se que as denominações das atividades e funções jornalísticas mencionadas no inquérito já são bastante semelhantes às que o Brasil adotara a partir dos anos 1950 e que vinham das redações norte-americanas, que passaram a se tornar referência para nossos jornais a partir de então (SILVA, 1991): superintendente, chefe de redação, secretário de redação, redator, repórter e repórter fotográfico (RABAÇA et BARBOSA, 1978).

Notícias era um diário matutino (GONÇALVES, 1965), que passou a circular a partir de 15 de abril de 1926. O simples fato de ser um diário é significativo. Os principais sócios da empresa eram o advogado Eduardo Saldanha, o industrial Paulino dos Santos Gil – que já integrara outras redações e colaborara com inúmeros jornais da província – e o comerciante José Joaquim de Morais (ROCHA, 2000, p. 138 e ss.). O jornal sucedia a uma outra publicação, O Correio de Moçambique, semanário de que era proprietário e diretor Eduardo Saldanha, tendo como redator principal Manuel Simões Vaz, o *capitão*, como era conhecido. Esse jornal durou apenas dois anos: iniciou-se em 11 de fevereiro de 1925 e encerrou suas atividades na sua 48ª. edição. Saldanha era católico, mas representava os interesses das grandes empresas estrangeiras na província. Simões Vaz, Santos Gil e Joaquim de Morais eram maçons. Morais inclusive fora administrador de um outro jornal vinculado à Ordem Maçônica, o Jornal do Comércio, formalmente apresentado como órgão da Associação Comercial dos Lojistas de Lourenço Marques, e que circulou em dois diferentes períodos, de 1913 a 1921 e depois entre 1922 e 1924. Santos Gil participara de outros jornais, inclusive em episódios bastante polêmicos, anos antes.

A vida do Notícias começou mal. A primeira edição, de 15 de abril de 1926, vendeu apenas 36 exemplares. Os acionistas se retiraram do projeto e apenas o Capitão Vaz permaneceu. Mas a situação mudou quando aconteceu um crime de morte na cidade, novidade para a relativamente pacata Lourenço Marques e já no dia 28 de maio irrompia o golpe militar em Lisboa, o que provocou enorme curiosidade nos moçambicanos. Resultado: no dia 30 de maio a edição do Notícias chegou à extraordinária tiragem de 900 exemplares vendidos! É claro que o jornal não deixou de

sofrer as conseqüências da ditadura. A chamada “Lei João Belo”⁴, que pretendia “nacionalizar o império” (ALEXANDRE, 1993), obrigou ao afastamento do capitão, cujo curso da Escola do Exército não era reconhecido como licenciatura, conforme a nova legislação exigia. Assim, no dia 8 de outubro, Simões Vaz deixa de figurar no expediente da publicação como seu diretor, substituído pelo advogado Francisco Veloso, mais adiante pelo médico João Lomelino e, por morte deste, pelo também médico Antonio Alves Palma Malado, até que o capitão conseguiu retomar a direção do jornal, sua propriedade exclusiva.

O Notícias nunca foi um jornal de situação ou de oposição. Jamais hostilizou frontalmente o Estado Novo, mas nunca deixou de publicar despachos, inclusive de Lisboa, bastante críticos ao governo vigente. Distante da Igreja Católica, nos anos 1950 desencadeou forte campanha a favor da laicização do ensino secundário na colônia. O Capitão sempre integrou a direção da Ordem Cruz do Oriente e a Associação dos Velhos Colonos, entidade que reunia os pioneiros da colonização portuguesa na região.

Em outra publicação anterior ao livro citado, Ilídio Rocha destaca:

Couberam ao Notícias três iniciativas, importantes para as épocas em que ocorreram: a edição em 1933 de uma revista ilustrada quinzenal, dirigida pelo Dr. Sobral de Campos, O ilustrado, que se publicou exactamente durante um ano e que tinha uma excelente apresentação⁵; a publicação ao domingo, dia em que não circulavam os jornais diários, de uma edição extraordinária do Notícias, preparada durante a semana e de carácter literário e recreativo, edição que se manteve desde 24 de outubro de 1943 a 26 de maio de 1946, data em que o jornal passou a ter características iguais todos os dias da semana; em 15 de abril de 1952, o Notícias lançou pela primeira vez em Moçambique uma edição vespertina, com o título de Notícias da tarde, que se publicou até 6 de dezembro de 1969⁶, quando foi substituído pelo actual Tribuna (ROCHA, 1983, p. 12).

A 29 de dezembro de 1973, o jornal editava nota em que se colocava como “o maior jornal diário deste Moçambique, que sacode o pasmo, rejeita a preguiça, expulsa o imobilismo”. O jornal continuou a circular após 1975, mesmo diante da independência de Moçambique, em decorrência do movimento de 24 de abril de 1974.

⁴ João Belo foi nomeado Ministro das Colônias logo após o golpe, a partir de agosto de 1926, permanecendo no cargo até sua morte, em 3 de janeiro de 1928. Foi no âmbito de seu trabalho ministerial que ele editou a lei de imprensa que leva seu nome, e que tem triste lembrança, tendo sido ferrenhamente combatida por todos os periódicos das colônias (ALMEIDA, Gualter Veríssimo Nascimento – “Alguns aspectos da contra-ofensiva política e diplomática do Estado Novo na defesa do Império Colonial Português do após II Guerra Mundial até o verão de 1963”, http://www.fundacao-mario-soares.pt/aeb/teses/indices_resumos/015973.htm, captado em 15.01.2010).

⁵ Tive a oportunidade de pesquisar e ler toda a coleção, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, constituída de 24 edições, sobre a qual caberia um artigo à parte.

⁶ Entre 1952 e 1956, o jornal editava uma secção em língua inglesa, assinada por Ernest W. Baily que, tendo vendido seu jornal The Lourenço Guardian ficara desempregado e praticamente na miséria.

Para que se entenda o contexto em que se desenvolve o inquérito mencionado, deve-se lembrar, ainda, os acontecimentos em torno da ditadura salazarista, que começa a 28 de maio de 1926, quando soldados tomam o poder e mais adiante será nomeado o Prof. Antonio Salazar como Ministro das Finanças (MARTINHO, s/d).

A entrada de Portugal na I Grande Guerra produzira enorme descontentamento no seio das forças armadas portuguesas, ainda em parte vinculadas à tradição monárquica.

A república fora marcada por fortes escândalos de corrupção e a inflação corroía a economia portuguesa (MARTINHO, s/d). Era também a primeira vez, desde a sua instalação, que se praticava a censura prévia (GOMES, 2006, p. 17). Mas em decorrência do movimento de 1926, que quebra a situação republicana, emite-se, no dia 3 de setembro do mesmo ano, uma lei de imprensa dirigida às colônias, a chamada “Lei João Belo”, nome do autor da mesma e antigo administrador da colônia de Moçambique. No dia 15 de novembro de 1933, o governo edita a Carta Orgânica do Império Colonial Português que, no artigo 207, parágrafos 2º. a 4º. fixa as diretrizes para a imprensa:

2º. (...) às publicações periódicas que saírem de novo nas colônias será exigido o depósito prévio, à ordem da autoridade judicial da sede da comarca e dos governadores da colônia onde estiver instalada a redacção, da quantia que a lei fixar e que não poderá ser inferior a 50.000\$ ou equivalente quando se tratar de jornal que deva aparecer mais de quatro vezes por semana e a 25.000\$ ou equivalente quando se tratar de outros. A garantia do depósito prévio não se aplicará às publicações puramente literárias ou científicas, enquanto mantiverem esse carácter. O levantamento do depósito só pode ser autorizado um ano depois do aparecimento do último número da publicação;

3º. Sem a realização do depósito prévio não poderá a publicação periódica parecer, sob a pena de apreensão e destruição pelas autoridades e de por elas ser fechada e vendida em hasta pública, a favor da Assistência, a tipografia em que tiver sido impressa. O depósito deverá ser recomposto sempre que, por virtude de exigência de qualquer responsabilidade, se ache diminuído, sob as penas referidas⁷ (DIAS, 1957).

A Carta Orgânica Constitucional incluiu em seu bojo o chamado Acto Colonial, que introduzira uma reação, liderada por João Belo, às pressões que Portugal começava a sofrer por parte da comunidade das nações⁸. O Ato Colonial foi aprovado em 8 de julho de 1930, constituindo o Império Colonial Português (ALEXANDRE, 1993, os. 1133-1135; 1121 a 1124). Seu texto foi depois incluído na constituição, sendo revogado

⁷ É de se registrar que os jornais processados – dizia-se, na época, *querelados* - e censurados eram penalizados, dentre outras, por pesadas multas a serem pagas a título de indenização, de onde a diminuição de tais depósitos.

⁸ Desde 1891, Portugal havia perdido algumas possessões que possuía na África, especialmente os territórios que ligavam Moçambique e Angola, sob a pressão da Inglaterra, especialmente, mas também da Alemanha e da Bélgica. A I Grande Guerra agravou esta situação. A idéia de um Portugal moderno, no século XVI, quando realizou as descobertas e constituiu seu império, atendia aos reclamos dos militares que viam com apreensão a perda dos antigos territórios.

apenas em 1951. Dentre outros temas, ele instituíu o Estatuto dos Indígenas, criando a categoria de *assimilado*, o que evidenciava imensa discriminação racial (ALMEIDA).

É em 27 de janeiro de 1937 que o decreto 27.495 estabelece, de maneira definida, e sob a perspectiva metropolitana, a censura prévia na imprensa colonial (GOMES, 2006, p. 182). Os jornais que trocassem seus diretores, editores ou proprietários, ou novos jornais que se publicassem, deveriam ter diretores habilitados em cursos superior, não importa que diploma portassem, se ligado ou não à atividade jornalística ou editorial.

José Tengarrinha afirma que, “na altura do pronunciamento militar do 28 de maio de 1926, a imprensa portuguesa encontrava-se numa situação relativamente florescente” (2006, p. 177). Certamente, o mesmo se poderia dizer em relação à imprensa colonial, muito especialmente no que toca a Moçambique⁹. O mesmo autor identifica três diferentes momentos em relação à influência censória em Portugal. O primeiro iria de 1926 a 1931, caracterizado pela triagem da informação; o segundo, a partir daí e até a primeira década dos anos 1950, “foi marcado pela preocupação central de afirmação do regime” (TENGARRINHA, 2006, p. 178). A terceira que se segue extinguir-se-á, naturalmente, com o movimento de 1974. É no âmbito deste segundo momento que se identifica a preocupação com uma legislação abrangente também para as colônias, mas centralizada e centralizante em relação à metrópole.

Nesta mesma perspectiva, o decreto-lei 31.119, de 30 de janeiro de 1941, ocupar-se-á especificamente dos jornalistas, buscando enquadrá-los no Estado corporativista então formado: criava-se a obrigatoriedade da carteira profissional de jornalista como título indispensável para o exercício da profissão, estendendo-se a mesma obrigatoriedade às colônias, já que se tratava de um único império¹⁰. No entanto, a lei não chegou jamais a ser regulamentada nas colônias, até 1957, quando o tema, uma vez mais, voltou ao debate, tanto em Lisboa quanto especialmente em Moçambique, pano de fundo para o debate que aqui se estuda.

⁹ As pesquisas realizadas identificam florescimento da imprensa moçambicana, com inúmeras novas publicações.

¹⁰ O Estado Novo português adotou o modelo do fascio italiano, através de sua constituição de 1933 e, logo em seguida, ao adotar o Estatuto do Trabalho Nacional, em setembro do mesmo ano. Todos os trabalhadores deveriam organizar-se em sindicatos e o patronato em grêmios. As entidades discutiriam entre si seus interesses de classe. Idealizaram-se três corporações, as morais (assistência e caridade), as culturais (universidades, entidades científicas, técnicas, literárias e desportivas) e as econômicas (só estas, na verdade, vieram a funcionar efetivamente). Os jornalistas integravam-se nas corporações culturais (<http://salazarismo.blogs.sapo.pt/1510.html>, acessado em 15.01.2010).

Fernando Correia e Carla Baptista, em obra já mencionada, estudam o período que vai de 1956 a 1968, na imprensa portuguesa, período que eles entendem caracterizar-se por algumas modificações profundas no panorama sócio-político de Portugal e, por conseqüência, na própria imprensa metropolitana (2007). Se tais mudanças não chegam a se verificar de imediato na imprensa colonial, não se pode deixar de imaginar que elas fossem de conhecimento e tenham tido certa repercussão junto aos jornalistas coloniais, e em especial junto aos moçambicanos. É sob esta perspectiva que se resumem, então, as observações levantadas por aqueles pesquisadores. Elas nos permitem compreender o que está por trás das reivindicações dos profissionais de Moçambique, expressas no inquérito mencionado no início deste estudo.

Em rigor, não se pode falar dos *anos 60* (apesar de utilizarmos freqüentemente a expressão nestas páginas, no sentido com que agora a estamos a definir), na medida em que, por um lado, o que nessa década aconteceu já tinha em grande parte começado antes e, por outro lado, ainda antes de ela terminar, com a chegada de Marcelo Caetano ao poder inicia-se um período não propriamente, *novos* (no sentido que se refere ao tema deste trabalho), mas em diversos aspectos bastante *diferente* dos anos anteriores (CORREIA et BAPTISTA, 2007, p. 23).

Do ponto de vista de uma história das mídias em Portugal, deve-se registrar a criação da televisão (RTP – Rádio televisão Portuguesa) (CORREIA et BAPTISTA, 2007, P. 68 E SS.), em 1957, valorizada politicamente por Marcelo Caetano, que sucede a Antonio Salazar, na década seguinte; o surgimento de novos empresários mais liberais à frente dos grupos de comunicação, em especial dos jornais que então se publicavam ou que se vêm a criar; certo crescimento econômico que garante aumento de publicidade para a imprensa e, ao mesmo tempo, exige/permite sua modernização; introdução de tecnologias como o gravador portátil, o telex, o telefone e a máquina de escrever, além da maior facilidade de deslocamento, graças ao automóvel; modificação social progressiva nas redações, com a entrada de jovens profissionais – alguns inclusive oriundos de universidades – e também a chegada das primeiras profissionais mulheres; surgimento dos jornais vespertinos, que comandarão, de certo modo, a modernização da imprensa portuguesa; criação e circulação de revistas semanais, que inovarão nos gêneros jornalísticos, especialmente a reportagem, valorizando a figura do repórter enquanto o profissional por excelência do jornalismo (MUHLMANN, 2004; SCHUDSON, 1967), etc. Para culminar, os autores mencionam ainda o início dos estudos jornalísticos, quer em cursos fechados, quer em cursos abertos, como o do Sindicato Nacional dos Jornalistas, em 1968, o que modifica profundamente o modo de

recrutamento e a valorização do profissional do jornalismo, permitindo a rediscussão do Código Deontológico até então vigente, assumido por aquele mesmo Sindicato Nacional dos Jornalistas, desde 1934, e que vai ser modificado em 1962. A profissionalização implicará no desaparecimento do duplo emprego e na melhoria de salários (CORREIA et BAPTISTA, 2007, p. 87 e ss.).

É da década de 1960, ainda, o surgimento de suplementos, “cadernos temáticos, de periodicidade regular, com uma autonomia gráfica relativamente ao caderno principal do jornal” (CORREIA et BAPTISTA, 2007, p. 273) e as inovações nos gêneros jornalísticos (CORREIA et BAPTISTA, 2007, P. 295), processos também verificáveis nos jornais coloniais, em especial nos de Moçambique, como no caso de publicações como o Notícias, que estamos a estudar.

Ou seja, há um fervilhar enorme no horizonte da imprensa metropolitana que, por certo, se reflete na imprensa colonial, quer quanto à expectativa sobre modernizações tecnológicas, quer quanto à valorização do profissional, conforme se vê da pesquisa realizada pelo jornal e acima mencionada. O *inquérito*, como se viu, desdobra-se ao longo de semanas, com publicações diárias. Cada jornalista responde individualmente à pergunta básica sobre a importância e o interesse em que os profissionais moçambicanos possam/devam se filiar ao sindicato lisboeta. Do conjunto de matérias apresentadas, constituímos o seguinte quadro de referências, que evidenciam, de um lado, a expectativa dos profissionais quanto ao reconhecimento de seu trabalho pelos colegas metropolitanos de profissão, de um lado e, de outro, delimitação do campo de trabalho e reconhecimento junto à comunidade em que atuam.

TABELA 2

Valores defendidos

CATEGORIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
dificuldade para exercício profissão		x	x						X	x			x	X	x	x		x	x	x	x
meios para exercício da profissão		x	x						X					X	x	x		x		x	
defesa da profissão		x			x			x			x					x		x	x	x	x
subordinação a outro sindicato		x	x		x	x		x	X	x			x	X	x	x	x	x		x	x
falta de controle para entrada na profissão	x	x								x											
regalias para exercício profissional		x	x		x				X		x					x		x			x
regionalização/nacionalização	x	x	x	x	x			x	X	x	x			X	x	x		x		x	x
deficiência do jornalismo colonial		x																x			
Jornalismo colonial no mesmo nível metropolitano		x								x	x			X	x	x		x		x	
direito/justiça do profissional em ter reconhecimento	x			x	x	x			X	x	x	x	x	X		x		x	x	x	x
Legislação tem apoio governamental			x					x				x		X						x	x
Desinteresse do sindicato metropolitano em atender			x								x	x		X	x						
responsabilidade do profissional			x							x				X	x	x		x			x
Censura			x														x				
Corporativismo								x					x								
necessidade de mobilização									X				x	X	x						
relação jornal x jornalista profissional x colaborador										x											
legislação em Goa				x							x			X	x			x	x	x	
movimento conjunto com Angola					x			x				x						x	x		x
Criação de novo sindicato/ordem colonial											x	x	x		x			x			x
Respeito ao leitor																x					
desconhecimento do que seja a profissão																				x	
poucos profissionais										x	x				x					x	
condição reivindicada de profissional	x		x	x	x	x	x		X	x	x		x		x	x	x	x	x	x	x

Podemos reunir os 25 quesitos indicados pelos respondentes em três blocos, assim desenhados:

a) delimitação do campo do jornalismo em si – dificuldade para o exercício da profissão – meios necessários para o exercício da profissão – defesa da profissão – subordinação dos profissionais jornalistas a um sindicato de outra categoria (NOTÍCIAS, 28.09.1960, p. 14) - falta de controle para a entrada na profissão (ou seu

exercício efetivo) - regalias para o exercício profissional¹¹ - direito/justiça de o jornalista profissional ser reconhecido como tal – necessidade de mobilização dos profissionais em defesa de seus interesses – garantia de relações equilibradas entre os profissionais e os veículos de imprensa – diferenciação entre o jornalista profissional propriamente dito e o colaborador - o fato de serem poucos profissionais (CORREIA et BAPTISTA, 2007, p. 343) - reivindicação explícita de serem reconhecidos enquanto profissionais;

b) comparação e defesa do campo em Moçambique em face do campo na metrópole – o jornalismo moçambicano não é mais regionalista – existem deficiências no jornalismo moçambicano, as mesmas do jornalismo português em geral – o jornalismo colonial se coloca em patamar semelhante de qualidade do jornalismo metropolitano – a legislação que defende um sindicato nacional único (incluindo as colônias) tem o apoio do Governo – existe desinteresse do sindicato de Lisboa em atender às demandas dos profissionais das colônias – existe a censura, sim, mas agora o tema em debate é diverso – a perspectiva do Estado Corporativo apóia a reivindicação dos jornalistas coloniais – jornalistas moçambicanos se comparam aos de Goa, que já alcançaram tal estatuto¹² - necessidade de se promover um movimento conjunto com os profissionais de Angola – alternativa de criação de um novo sindicato ou qualquer outra instituição válida para as colônias;

c) o campo jornalístico e sua relação com o leitor – o jornalista tem responsabilidade profissional junto ao leitor – o jornalista deve respeito ao leitor – o leitor, na maioria dos casos, desconhece as dificuldades enfrentadas pelo profissional para alcançar a informação e compor adequadamente a notícia.

Podemos, agora, a partir das respostas individualizadas, buscar verificar aquelas que se repetem mais insistentemente entre os inquiridos, conforme o quadro abaixo:

- a) reivindicação explícita de reconhecimento enquanto profissionais – 17 citações
- b) subordinação dos profissionais jornalistas a um sindicato de outra categoria – 15 citações
- c) direito/justiça de o jornalista profissional ser reconhecido como tal – 15 citações

¹¹ Entenda-se como acessibilidade a fontes, facilidades para deslocamentos, etc.

¹² Tendo em vista, como já se mencionou, as disputas com a União Indiana.

- d) jornalismo moçambicano não é mais regionalista – 15 citações
- e) dificuldade para o exercício da profissão – 12 citações
- f) defesa da profissão – 10 citações
- g) meios necessários para o exercício da profissão – 8 citações
- h) regalias para o exercício profissional – 8 citações
- i) o jornalismo colonial está no mesmo patamar de qualidade do metropolitano – 8 citações
- j) o jornalista tem responsabilidade profissional junto ao leitor – 5 citações
- k) jornalistas moçambicanos se comparam aos de Goa, que já alcançaram tal estatuto – 5 citações.

Observe-se que, das onze respostas mais mencionadas – e que não são excludentes, mas sim cumulativas – encontramos sete delas vinculadas à defesa do campo jornalístico em si, tal como se apresenta em Moçambique; três delas ligadas a comparações com o jornalismo metropolitano ou à condição de outros jornalistas coloniais; e apenas uma resposta preocupada com o leitor em si.

Isso evidencia o quanto o campo jornalístico em Moçambique, naquele momento, achava-se mobilizado e em luta para alcançar suas reivindicações, voltadas especialmente para o reconhecimento da profissão de jornalista em si; o reconhecimento dos jornalistas profissionais de Moçambique junto ao campo do jornalismo metropolitano e, enfim, a comparação com as condições do jornalismo colonial tais como se apresentavam em Goa – mais citada – e, eventualmente, em Angola, já que alguns defendem que o movimento reivindicatório deve ser articulado com as demais colônias. A combinação das três primeiras respostas, as mais votadas, evidencia a grande aspiração dos profissionais: eles querem ser reconhecidos enquanto jornalistas, entendem que esta reivindicação é um direito e querem constituir um campo próprio.

Se é verdade que Tobias Peucer, ainda no século XVII, podia escrever uma primeira tese a respeito do jornalismo (2004, p. 13 e ss.), não é menos verdade que a institucionalização da profissão de jornalista ainda levaria muito tempo até ser reconhecida. Joseph Pulitzer, por exemplo, em 1904, defendia a criação – e mostrava-se disposto a financiá-la – de uma escola de jornalismo. Ele partia do pressuposto de que o

jornalismo era um serviço público (PULITZER, 2009, p. 52) e, por isso mesmo, deveria estar distante da formação do jornalista qualquer preocupação financeira, já que a essência do jornalismo seria anticomercial (p. 26). Procurava definir o que seria o jornalista e sua função: “O que é um jornalista? Não é nenhum gestor de negócios, empreiteiro de publicações ou mesmo proprietário. Um jornalista é o vigia da ponte de comando do barco do Estado” (p. 27)¹³. Antes, escrevera: “O jornalista ocupa uma posição singular. Sozinho, ele tem o privilégio de moldar a opinião, tocar os corações e apelar à razão de centenas de milhares de pessoas todos os dias. Esta é a mais fascinante de todas as profissões”(p. 20). Para ele, o jornalista, que “tem a honra e o prazer de se dirigir ao público todos os dias, como redator ou pensador, é um profissional” (p. 28). Por entender que esta integridade e este compromisso pedagógico, moral e político é que caracteriza o jornalismo, ele defende a profissionalização desta atividade, buscando, por isso mesmo, a formação objetiva desses profissionais, através de cursos universitários.

A tese pioneira foi logo depois aplicada pela Universidade de Colúmbia. Pulitzer entendia que a formação jornalística deveria ser mais humanística e filosófica, além das questões técnicas específicas da atividade, naturalmente.

Muitos anos depois, Nelson Traquina voltaria à mesma questão, em livro referencial: “pode-se dizer que o jornalismo é um conjunto de *estórias*, *estórias* da vida, *estórias* das estrelas, *estórias* de triunfo e tragédia” (TRAQUINA, 2004, p. 21). Trata-se de uma atividade intelectual (p. 22), que deve ser considerada profissionalmente, no sentido de *profissão* que lhe dá o Oxford Shorter Dictionary: o termo teria origem religiosa. O *professo* era aquele que tomara os votos de uma ordem religiosa. E acrescenta que, ao final do século XVII, a palavra se secularizara, indicando aquele que “professa estar devidamente qualificado; profissional”, acrescentando: “Os profissionais professam. Professam conhecer melhor que outros a natureza de certos assuntos, e conhecer melhor que seus clientes o que os aflige ou aos seus assuntos. Esta é a essência da idéia profissional e da reivindicação profissional” (TRAQUINA, 2005, p. 20).

¹³ Imagem retirada de A república, de Platão?

Traquina, então, discute os critérios para se conceituar uma profissão e, em seguida, passa a examinar o processo de profissionalização do jornalista. Citando Ernest Greenwood, ele menciona cinco atributos fundamentais para uma determinada atividade ser reconhecida enquanto profissão: “1) uma teoria sistemática, 2) um sentimento de autoridade por parte dos membros do grupo, 3) a ratificação por parte da comunidade dos *agentes especializados*, 4) a existência de um código ético, e 5) a existência de uma cultura profissional” (TRAQUINA, 204, p. 94 e ss.). Outro autor, lembrado por ele, é P. Elliott, segundo o qual o grupo profissional “controla um corpo de conhecimentos especializados que é aplicado a tarefas especializadas”, guardando três aspectos fundamentais: 1) a noção de serviço; 2) a crença na liberdade profissional e a autonomia na situação de trabalho; e 3) uma ênfase na opinião profissional baseada no conhecimento profissional” (p. 101).

O pesquisador português afirma que “a reivindicação, por parte dos jornalistas, de pertencer a uma profissão tem claramente suas raízes no século XIX” (p. 93), mostrando os diferentes processos em países como França (p. 76 e ss.), Estados Unidos (p. 78 e ss.), Inglaterra (p. 81 e ss.) e Portugal (p. 82 e ss.). Neste caso, que nos interessa de perto, verifica-se a fundação de uma Associação de Jornalistas, em 1896; e uma Associação da Imprensa Portuguesa, em 1897; essa associação seria transformada em sindicato, em 1924, mas o regime fascista de 1933 é que determinaria “uma organização nacional que reunisse todos os jornalistas de norte a sul de Portugal” (p. 83). Infelizmente, Traquina também não faz qualquer referência ao jornalismo colonial português. Mas pelos dados que levantamos, fica evidente a possibilidade de relação a ser feita entre tais fatos.

Tal evolução nos leva à existência do que Traquina chama de *identidade profissional*, que implica um *ethos* profissional, conseqüência, no caso do jornalismo, da industrialização e da urbanização das sociedades. O processo, iniciado na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX, atingirá sociedades como a brasileira e a moçambicana apenas na primeira metade do século XX (BOURDIEU, 1997, p. 105), constituindo o que, mais tarde, Pierre Bourdieu caracterizará como o *campus* jornalístico, que tem relações diretas, segundo ele, com dois outros campos, o político e

o cultural, de que faria parte, num primeiro momento (na medida em que a atividade jornalística, como quer Joseph Pulitzer, é uma atividade intelectual). Diz Bourdieu: “

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades (BOURDIEU, 2000, p. 27),

a que ele acrescenta, mais adiante, a conceituação de *campus* enquanto “estrutura de relações objectivas” (p. 66), especificando que “a teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a *forma específica* de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho), evitando, assim todas as espécies de reducionismo” (p. 69). Isso constituirá o que ele denomina de *capital simbólico*, que diferencia cada *campus* e lhe permite confrontar-se, externamente, com outros campos, ao mesmo tempo em que define, internamente, as regras básicas para a participação individual num determinado campo (p. 145).

Num trabalho posterior, ele insiste sobre o conceito:

Em termos analíticos, um campo pode-se definir como uma rede ou configuração de relações objetivas entre posições. Estas posições definem-se objetivamente em sua existência e nas determinações que impõem a seus ocupantes, quer sejam agente ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) – cuja posse implica o acesso aos lucros específicos que estão em jogo dentro do campo – e, por conseguinte, por suas relações objetivas com as demais posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (BOURDIEU et WACQUANT, 2005, p. 79).

Bourdieu reconhece que

o campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes. O grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes. Quanto ao grau de autonomia de um jornalista particular, depende em primeiro lugar do grau de concentração da imprensa (que, reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança do emprego); em seguida, da posição de seu jornal no espaço dos jornais, isto é, mais ou menos perto do pólo *intelectual* ou do pólo *comercial*; depois, de sua posição no jornal ou órgão de imprensa (efetivo, *freelancer*, etc), que determina as diferentes garantias estatutárias (ligadas sobretudo à notoriedade) de que ele dispõe e também seu salário (...) e, enfim, de sua capacidade de produção autônoma da informação (BOURDIEU, 1997, p. 103),

mecanismos estes que influenciam, primeiro, os próprios jornalistas, mas que se expandem sobre os diferentes campos da produção cultural, do campo jurídico, do campo literário, artístico ou científico, com que mentem maiores afinidades e proximidades¹⁴ (p. 101). Se, de um lado, existe a competição dos diferentes jornais entre si, de outro surge a necessidade da vigilância contra a *intrusão* daqueles que não tenham na atividade, em si, sua principal ocupação (p. 109), de onde emergem duas estratégias básicas, “marcar firmemente os limites do campo e tentar restaurar as fronteiras ameaçadas (...) ou sair da torre de marfim” (p. 112-113), o que se verifica neste movimento de tensionamento que a enquete evidencia e ao mesmo tempo denuncia: de um lado, os jornalistas metropolitanos teimam em ignorar seus confrades coloniais; de outro, os jornalistas coloniais tomam a iniciativa da reivindicação e se auto-definem tão competentes quanto seus confrades metropolitanos.

Se partimos da diferenciação feita por Bourdieu entre as lógicas *autônoma* e *heterônoma* em que implica a legitimação do jornalismo, verificaremos, pela enquete, que os jornalistas moçambicanos ainda estão mais presos à lógica autônoma, buscando legitimação junto a seus pares, no caso, metropolitanos, do que propriamente à lógica heterônoma, na medida em que, como vimos, existem poucas menções diretas que traduzam preocupação com o leitor (MIRANDA, 2005, p. 121). Por isso, o *inquérito* pré-delimita realizar-se junto aos *jornalistas profissionais*, assim reconhecidos como tais. Por outro lado, é significativo que o *inquérito* seja promovido por um jornal como Notícias, naquele momento o de maior destaque na colônia, levando em conta não apenas sua tiragem, quanto as iniciativas modernizadoras, conforme acima registrado. O jornal, com o *inquérito*, evidentemente também diferencia-se em relação aos demais periódicos.

Esta luta, na verdade, seria resolvida apenas quando da independência das colônias portuguesas, a partir de 1975, como reflexo das mudanças políticas que

¹⁴ É de se registrar – tema a ser estudado em outro momento – que uma história da literatura moçambicana, aliás, a exemplo da história de outras literaturas nacionais, passa necessariamente pelas páginas dos jornais de uma nação. Por outro lado, a história da imprensa, na maioria dos países, mostra que profissionais da área do Direito sempre se envolveram com o jornalismo, quer na prática cotidiana da atividade, quer em tarefas de defesa da liberdade de expressão, o que vale para o Brasil, por exemplo, e, naturalmente, para Moçambique.

ocorrem em Portugal, um ano antes. A etapa a ser então vivenciada pelo jornalismo das antigas colônias, contudo, logo experimentará outros desafios, graças ao modelo revolucionário que será adotado, implicando em reflexos sobre toda a atividade da nação, tema, contudo, para outra reflexão (CORREIA et BAPTISTA, 2007; CHAPARRO, 2008; RODRIGUEZ et ROCHA in QUINTERO, 1996). O que vale, de qualquer modo, aqui, é o registro do processo de conscientização e delimitação de um campo, em constituição, junto ao jornalismo moçambicano, conforme se pode depreender desta série de entrevistas.

Referências

- ALEXANDRE, Valentim “Ideologia, economia e política: A questão colonial na implantação do Estado Novo” in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1993, Vol. XXVIII (123-124), p. 1127, in www.anelisasocial.ics.ul.pt/.../1223294012K3eBJ5wh1Af89UW6.pdf, captado em 15.01.2010.
- ALMEIDA, Gualter Veríssimo Nascimento “Alguns aspectos da contra-ofensiva política e diplomática do Estado Novo na defesa do Império Colonial Português do após II Guerra Mundial até o verão de 1963” in http://www.fundacao-mario-soares.pt/aeb/teses/indices_resumos/015973.htm, captado em 15.01.2010.
- BARROS FILHO, Clóvis et MARTINO, Luís Mauro Sá **O *habitus* na comunicação**, São Paulo: Paulus, 2003.
- BOURDIEU, Pierre **Sobre a televisão**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre **O poder simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CORREIA, Fernando et BAPTISTA, Carla **Jornalistas – Do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)**, Lisboa: Caminho, 2007.
- CHAPARRO, Manuel Carlos **Sotaques d’aquém e d’além mar**, São Paulo: Summus, 2008.
- DIAS, Raul Neves **A imprensa periódica em Moçambique (1854-1954) – Subsídios para a sua história**, Lourenço Marques: Imprensa Nacional da Moçambique, 1957.
- GOMES, Joaquim Cardoso **Os militares e a censura – A censura à imprensa na ditadura militar e Estado Novo (1926-1945)**, Lisboa: Horizonte, 2006.
- GONÇALVES, José Júlio **A informação em Moçambique (Contribuição para o seu estudo)**, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1965.
- <http://salazarismo.blogs.sapo.pt/1510.html>, acessado em 15.01.2010.
- http://www.fundacao-mario-soares.pt/aeb/teses/indices_resumos/015973.htm, captado em 15.01.2010).
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes – “O pensamento autoritário no estado Novo português” Algumas interpretações” in www.locus.ufjf.br/c.php?c=baixar_artigo&arq=NjQ%3D, aceswsado em 15.01.2010.
- MIRANDA, Luciano **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação. Por uma teoria da comunicação praxiológica**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- MUHLLMANN, Géraldine **Une histoire politique du journalisme**, Paris: PUF, 2004.
- NOTÍCIAS**, Lourenço Marques, edições de 13.09.1960; 24.09.1960; 25.09.1960; 26.09.1960; 27.09.1960; 28.09.1960; 29.09.1960; 30.09.1960; 01.10.1960; 02.10.1960; 03.10.1960; 04.10.1960; 05.10.1960; 07.10.1960; 08.10.1960; 09.10.1960; 10.10.1960; 11.10.1960; 12.10.1960; 13.10.1960; 14.10.1960 e 15.10.1960.

- PEUCER, Tobias – “Os relatos jornalísticos” in Estudos em jornalismo e mídia, Florianópolis, Insular/UFSC, Vol. I, nº 23, 2º semestre de 2004, p. 13 e ss.
- PULITZER, Joseph **A escola de jornalismo na Universidade de Columbia. O poder da opinião pública**, Florianópolis: Insular, 2009.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso **História da imprensa**, Lisboa: Planeta, 1996.
- RABAÇA, Carlos Alberto et BARBOSA, Gustavo **Dicionário de comunicação**, Rio de Janeiro: Codecri, 1972.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio **Sempre alerta. Condições e contradições do trabalho jornalístico**, São Paulo: Brasiliense/Olho d'água, 1994.
- ROCHA, Ilídio **Contribuição para a história da imprensa em Moçambique**, Lourenço Marques: CODAM, 1973.
- ROCHA, Ilídio **A imprensa de Moçambique**, Lisboa: Livros do Brasil, 2000.
- SCHUDSON, Michael **Discovering the news: A social history of American newspapers**, New York: Basic Books, 1967.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da **O adiantado da hora**, São Paulo: Summus, 1991.
- SOUSA, Jorge Pais de – “O Estado Novo de Salazar como um fascismo de cátedra. Fundamentação histórica de uma categoria política” in http://www.storicamente.org/05_studi_rikerche/estado_novo_como_fascismo_de_catedra..., acessado em 15.01.2010.
- TENGARRINHA, José **Imprensa e opinião pública em Portugal**, Coimbra: Minerva, 2006.
- TRAQUINA, Nelson **Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são**, Florianópolis: Insular, 2004. Vol. 1.
- TRAQUINA, Nelson **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – Uma comunidade interpretativa transnacional**, Florianópolis: Insular, 2005. Vol. 2.